



## ESCOLANOVISMO E PRAGMATISMO NA EDUCAÇÃO: REFLEXOS NA ESCOLA NORMAL RURAL EM SERGIPE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Maryluzze Souza Santos Siqueira<sup>1</sup>  
Stefane Rodrigues Colman<sup>2</sup>

### GT4 - Educação Rural/do Campo.

**Resumo:** Neste artigo buscamos compreender os reflexos do Escolanovismo e do Pragmatismo na educação no tocante à defesa da escola normal rural como *locus* de formação do professor primário rural no Brasil nas primeiras décadas do século XX e refletir como esse processo, juntamente com o ruralismo pedagógico, reverberaram na criação das escolas normais rurais em Sergipe. Este estudo está ancorado em uma pesquisa bibliográfica. Assim, por meio desta pesquisa pudemos perceber que a escola normal rural foi pensada nos ideais do escolanovismo e do pragmatismo de Dewey difundidos pelos educadores brasileiros, como Anísio Teixeira, Sud Mennucci, Nunes Mendonça, Acrísio Cruz, dentre outros, que viam a educação rural enquanto meio de executar a perspectiva ruralista. Esta visava fixar o homem no meio rural e prepará-lo para usufruir da terra de forma utilitária, promovendo o progresso do campo.

**Palavras-chave:** Escolanovismo. Pragmatismo. Ruralismo. Escola Normal Rural. Sergipe.

### ABSTRACT

In this article we seek to understand the reflexes of Escolanovismo and Pragmatism in education regarding the defense of the normal rural school as locus of formation of the primary rural teacher in Brazil in the first decades of the twentieth century and to reflect how this process, together with pedagogical ruralism, reverberated in the creation of normal rural schools in Sergipe. This study is anchored in a bibliographical research. Thus, through this research we could perceive that the normal rural school was thought of the ideals of Dewey's Escolanovismo and pragmatism spread by Brazilian educators, such as Anísio Teixeira, Sud Mennucci, Nunes Mendonça, Acrísio Cruz, among others, who saw rural education as a means of implementing the ruralist perspective. It aimed to fix the man in the countryside and prepare him to use the land in a utilitarian way, promoting the progress of the countryside.

**Keywords:** Escolanovismo. Pragmatism. Ruralismo. Normal Rural School. Sergipe.

<sup>1</sup>Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes (UNIT), Orientanda da professora Dr.<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. É Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Gestão Administrativa da Educação pela Faculdade Pio X, Especialista em Docência e Tutoria em Educação a Distância pela Universidade Tiradentes, Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Sergipe, Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da rede Estadual de Ensino de Sergipe, Professora da rede Municipal de Ensino de Umbaúba e Tutora do Núcleo de Educação a Distância (Nead) da Universidade Tiradentes. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP)/UNIT/CNPq. E-mail: maryluze@ig.com.br.

<sup>2</sup> Graduanda em Letras/ Inglês pela Universidade Tiradentes. Aluna bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). E-mail: stefanecolman@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

Este estudo parte do pressuposto de que a formação do professor primário a partir das primeiras décadas do século XX no Brasil foi realizada na escola normal e escola normal rural sob forte influência do Escolanovismo e do Pragmatismo oriundos dos Estados Unidos e difundidos a partir das ideias do educador americano John Dewey. Percebemos que, nesse contexto os interesses políticos e econômicos do país estavam relacionados à urbanização e à industrialização, principalmente a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945). No campo educacional circulavam os fundamentos do Movimento Escolanovista, que defendia uma escola ativa, pública, gratuita, laica e para todos. Nesse contexto, ganhava fôlego também o movimento ruralista que propunha o desenvolvimento do meio rural através de ações educativas que visavam fixar o homem no campo, tendo em vista que o êxodo rural era considerado um problema a ser combatido pelo governo. Por tanto, a educação foi um dos eixos tomados como fundamentais para realizar aquele empreendimento, tendo como foco a expansão das escolas primárias rurais e a formação dos seus professores.

Nesse período, o Brasil ainda apresentava características econômicas rurais, sendo, portanto considerada inadequada à formação de professores realizada nas escolas normais urbanas, pois estas não abordavam em seu currículo os aspectos relacionados à vida rural. Essa perspectiva já vinha se apresentando desde meados dos anos de 1920, quando Alberto Torres<sup>3</sup>, Sud Mennucci<sup>4</sup> e outros educadores<sup>3</sup> começaram a fortalecer o movimento ruralista e argumentavam que a formação dos professores primários rurais deveria ocorrer na Escola Normal Rural.

Na busca de compreender como ocorreu esse processo localizamos estudos realizados sobre a Escola Normal Rural em diversos estados da federação como os trabalhos de Flávia Werle (2012, 2013), Carmo Thum (2007), Elomar Tambara (2010) e Eduardo

<sup>3</sup>Alberto de Seixas Martins Torres, nasceu no Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1865, bacharel em Direito, político e jornalista, foi também um pensador social brasileiro preocupado com questões da unidade nacional, da organização social brasileira e defensor das ideias ruralistas.

<sup>4</sup>Sud Mennucci nasceu no ano de 1892, em Piracicaba, no interior de São Paulo. Filho de imigrantes italianos formou-se no Magistério, onde iniciou a carreira no ano de 1910, em uma escola rural em Cravinhos. No ano de 1920, morando na capital paulista comandou o recenseamento escolar em São Paulo. Assumiu também, a Diretoria Regional de Ensino de Campinas, depois Piracicaba e, no ano de 1927, realizou o recenseamento escolar do Distrito Federal. Foi crítico literário no jornal “O Estado de São Paulo”, nos anos de 1925 a 1931. Em 1930, Mennucci entrou para a Legião Revolucionária, partidária do governo Getúlio Vargas sendo também, partícipe das ideias educacionais disseminadas pelo governo, principalmente àquelas que se referiam à educação rural. Entre 1943 e 1945, na Chefia do Departamento de Educação concentrou todas as suas habilidades no ensino rural e deu continuidade ao projeto de ruralização deste ensino, iniciado em 1932 (RAMAL, 2016).



Arriada (2014), dentre outros, como a Tese de Doutorado de Doris Bittencourt Almeida (2007). Em uma busca preliminar, identificamos poucos trabalhos a respeito da Escola Normal Rural em Sergipe, a exemplo dos estudos de Miguel André Berger (2011), Rony Rei do Nascimento Silva (2016) e a Tese de Doutorado de Silvânia Santana Costa (2016), o que demanda a realização de novas pesquisas com o objetivo de compreender a atuação dessa instituição educacional no Estado.

Assim, no desdobramento deste estudo, algumas interrogações sobressaíram-se: Quais os fundamentos do Movimento Escolanovista e do Pragmatismo orientaram o modelo de Escola Normal e Escola Normal Rural predominante no Brasil nas primeiras décadas do século XX? Como o movimento ruralista utilizou a perspectiva escolanovista e pragmática na defesa e criação da Escola Normal Rural em Sergipe?

O recorte histórico analisado está ancorado nas primeiras décadas do século XX, devido à presença e circulação das ideias Escolanovistas e do Pragmatismo americanos na educação, assim como a defesa do ruralismo pedagógico propagadas por Alberto Torres e Sud Mennucci, dentre outros educadores, que defendiam a criação da Escola Normal Rural. Em Sergipe foram criadas a Escola Normal Rural Murilo Braga e a Escola Normal Rural Silvio Romero com o objetivo de preparar professores para atuarem no meio rural. Assim, visando compreender esse processo realizamos uma pesquisa bibliográfica e traçamos um breve panorama histórico dos principais elementos que marcaram o desenvolvimento da educação no Brasil, buscando compreender como o Escolanovismo e o Pragmatismo estiveram presentes nas propostas e ações relacionadas à expansão da escola primária rural e na formação de seus professores via Escola Normal Rural.

## **ASPECTOS DO PENSAMENTO ESCOLANOVISTA E DO PRAGMATISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

No final do século XIX, a derrocada do Segundo Império e consequente implantação do regime republicano faz o Brasil iniciar o século XX com promessas otimistas de desenvolvimento. Contudo, diversos fatores políticos, econômicos e culturais do modelo imperial permaneceram com forte influência na sociedade brasileira, o que denota que não houve ruptura imediata do modelo social vigente. A partir de 1930, com a entrada de Getúlio Vargas na presidência, as oligarquias agrárias que se contrapunham diretamente ao seu



governo apontavam ferrenhas acusações de centralização de poder do então presidente. Neste contexto, conseguiram convocar as eleições em 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na promulgação da Constituição de 1934. Esta foi considerada progressista para a época, principalmente com relação à educação e aos direitos trabalhistas. Contudo, o governo de Getúlio Vargas também foi marcado pelo combate à grande imigração ocorrida desde o final do século XIX, com o fim da escravidão e com o já incipiente processo de urbanização e industrialização que começa a atrair a população para os centros urbanos. (RAMAL, 2011).

No campo da educação, vai se fortalecer a defesa e difusão da escola primária e escola primária rural na tentativa de reverter os altos índices de analfabetismo que predominavam no Brasil, considerados empecilhos para o desenvolvimento econômico do país. Com uma proposta inovadora também vai se consolidar, neste contexto, um movimento escolanovista organizado por diversos educadores brasileiros, que por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 vão defender uma nova escola. Eles foram influenciados pelo modelo americano de educação, mais precisamente pelo educador John Dewey. Este já tinha fundamentado sua teoria de educação desde o final do século XIX nos Estados Unidos e teve como base:

A Psicologia funcional – tributária da Biologia evolucionista de Darwin e do pensamento pragmatista de seu amigo William James – iniciou o desenvolvimento de uma teoria do conhecimento que questionava os dualismos que opõem mente e mundo, pensamento e ação, que haviam caracterizado a Filosofia Ocidental desde o século XVII. Para ele, o pensamento não é um aglomerado de impressões sensoriais, nem a fabricação de algo chamado ‘consciência’, nem muito menos a manifestação de um ‘Espírito Absoluto’, mas uma função mediadora e instrumental que havia evoluído para servir aos interesses da sobrevivência e do bem-estar humanos (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010, p. 14).

Para Dewey, o pensamento mantinha forte ligação com a ação que seria responsável pelo desenvolvimento do conhecimento. Nesse sentido, ele via tanto a criança como o adulto enquanto seres ativos cujo aprendizado se dá através do enfrentamento de situações problemáticas que vão surgindo no decorrer das atividades. Para ele um aspecto fundamental seria considerar o que ele chamou de **interesses**. Assim, “o pensamento constitui, para todos, instrumento destinado a resolver os problemas da experiência e o conhecimento é a acumulação de sabedoria que gera a resolução desses problemas” (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010, p. 15).



Um elemento fundamental na teoria de Dewey é o conceito de **experiência**, que para ele “é uma fase da natureza, é uma forma de interação, pela qual os dois elementos que nela entram – situação e agente – são modificados” (DEWEY, 1965, p. 14). Enquanto que a **experiência educativa** “é, pois, essa experiência inteligente, em que participa o pensamento, através do qual se vêm a perceber relações e continuidades antes não percebidas” (DEWEY, 1965, p.16). Sendo assim, e **educação** passa a ser entendida como um ato inerente à própria vida do sujeito, rompendo com a ideia de dualidade entre experiência e natureza defendida pelos racionalistas. Nesse entendimento, a educação passa a ser vista “como o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras” (DEWEY, 1965, p. 17).

Dewey fez uma crítica à chamada escola tradicional e ao seu programa de estudo, na medida em que ela fazia a dissociação entre **vida e educação** e considerava o ensino como um processo passivo baseado na aplicação de forças externas ao sujeito. Assim, Dewey atribuía um papel importante ao educador, pois seria ele quem deveria integrar a Psicologia ao novo programa de estudos, “construindo um ambiente em que as atividades imediatas dos alunos se confrontem com situações problemáticas que exijam conhecimentos teóricos e práticos da esfera científica, históricos e artísticos, para resolvê-las” (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010, p. 18). Para tanto, o educador deveria exigir uma postura ativa dos seus alunos, para que a partir de cada experiência vivenciada eles fossem construindo seus saberes e aprimorando as condições de executar melhor as novas experiências, reforçando então o caráter **pragmático da educação**. Essa escola nova proposta por Dewey vai chegar ao Brasil através de Anísio Teixeira e de outros brasileiros ligados ao escolanovismo que também foram influenciados pelo educador americano. Eles vão se unir para publicar no Brasil o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. Este tinha como proposta:

A reconstrução educacional e seu objetivo era a constituição de uma escola democrática que funcionasse como centro irradiador de uma nova forma de organizar a sociedade. Ao delimitar um campo de atuação específica – a escola pública-, reivindicado pelo grupo que então se lançava, o manifesto procurava legitimar nomes e propostas, ao mesmo tempo, valorizar as credenciais daquele grupo (XAVIER, 2004 *apud* RAMAL, 2011, p.4).

Ao estudar o pensamento educacional de John Dewey e conhecer as teses do **Pragmatismo** norte-americano, Anísio Teixeira passou a defender as ideias de democracia e



de ciência, às quais apontavam a educação como o canal capaz de gerar as transformações necessárias para um Brasil que buscava se modernizar, influenciando também o pensamento de muitos educadores e políticos brasileiros no início do século XX. (RAMAL, 2011).

O pragmatismo compreende que a realidade é criada, é a soma das experiências; daí a ênfase na interação da pessoa em seu meio ambiente. O mundo só passa a ter sentido à medida que o homem lhe atribui significado. Outro aspecto da doutrina pragmática é que a verdade acontece a uma idéia e ela torna-se verdadeira à medida que entra em contato com nossa experiência e torna-se útil, funcional (NASCIMENTO, 2007, p. 208).

Muitos estudiosos já defendiam a necessidade de promover reformas profundas na educação brasileira no sentido de instaurar um sistema nacional de ensino e que este deveria propor uma escola capaz de transmitir os novos conhecimentos científicos e formasse os trabalhadores para a indústria que começara a se instaurar no Brasil republicano. É preciso destacar que a escola defendida para os meios rurais deveria ser diferenciada no sentido de contribuir para desenvolver e modernizar a vida no campo, assim como combater o êxodo rural. Nesse contexto, já estava presente no ideário educacional e na política brasileira desde os anos de 1920 o Movimento Ruralista, que estavam em consonância com as propostas nacionalistas do período do governo de Getúlio Vargas.

Assim, intelectuais, políticos e educadores passaram a aderir ao movimento ruralista com o intuito de determinar formas de ação pedagógicas no campo, buscando inibir, por intermédio da educação, o êxodo rural. A escola assumia assim um importante papel na construção de uma consciência modernizante e ao mesmo tempo conservadora, onde se pregava o apego ao meio rural e ao mesmo tempo propunha uma ação eficiente, autônoma, racional e produtiva, no contexto desse mesmo meio. (PRADO, 1995).

Para os agentes da modernização brasileira, também se fazia necessário educar as populações rurais, regionalizando a escola abrindo-a ao influxo benfazejo da vida rural pelo incentivo à atividade, ao trabalho, e a vida saudável e moralizadora. O projeto de ruralização do ensino funcionaria como uma forma racionalizada de conter a migração para as cidades. (CARVALHO *apud* NASCIMENTO, 2007, p. 214).

Para Sud Mennucci (1946 *apud* RAMAL, 2011), defensor da ideologia ruralista, assim como já fizera anteriormente Alberto Torres, era preciso implantar um projeto de educação que viabilizasse a formação do homem trabalhador do campo, pois o que se tinha até então não correspondia à realidade brasileira, uma vez que o mundo do trabalho no Brasil



havia sido orientado quase exclusivamente pelo modo de produção escravista. Com isso, o trabalhador do campo, como herdeiro dessa condição servil, continuava sendo visto apenas como um sucessor dos ofícios antes relegados aos escravos. Assim, acreditava-se que através da educação seria possível mudar essa visão e tornar o homem do campo apto para atuar de forma racional e mais produtiva.

Assim, os ruralistas buscavam contribuir para as mudanças na realidade nacional com o intuito de fixar o homem no campo, no seu habitat natural, através da defesa de uma educação pragmática que contemplasse as necessidades do meio rural.

O ruralismo pedagógico como afirmava Mennucci concebia uma pedagogia de cunho pragmático uma vez que fazia menção direta da relação entre educação e trabalho, numa simbiose em que a educação [se volte] em função da economia ambiente, a educação como sustentáculo, como reflexo, como incentivo da produção, a educação como propulsora, agente e reigente, da organização do trabalho (MENNUCCI, 1946 *apud* RAMAL, 2011, p. 10).

Dessa forma, os ruralistas, numa perspectiva pragmática, reivindicavam uma escola específica para a comunidade rural e que através dela o homem do campo pudesse encontrar caminhos que beneficiassem sua vida econômica, social e politicamente através de um conhecimento técnico difundido pelas escolas, questionando que as instâncias do governo e a sociedade voltavam sua atenção para a vida política, cultural e econômica apenas da cidade.

O ruralismo pedagógico no Estado Novo era pragmático em mais de um sentido: primeiro, porque construiu a idéia de uma escola voltada para tarefas práticas e necessidades (que supunha) imediatas das populações pobres do campo; segundo, porque reescrevia a noção de valorização do ser humano, de desenvolvimento da natureza humana, pretendendo que se acreditasse que menos valia mais, em um discurso ideológico bastante aceito e legitimado, referido, isto sim, aos sistemas dos grupos sociais hegemônicos (PRADO, 1995, p. 14).

Dentro desse processo de modernização da sociedade e da escola passa a ganhar destaque a formação do professor da/para a escola primária e escola primária rural. E exatamente a configuração dessa formação é quem vai estimular a expansão das Escolas Normais e criação das Escolas Normais Rurais no Brasil e em Sergipe. Assim, Sud Mennucci compartilha a crença de que era e deveria ser agrícola o destino do país e, para fixar o homem no campo era preciso criar escolas normais e grupos escolares rurais, que seriam, para ele, as genuínas 'escolas brasileiras'. (WERLE, 2007).



A partir dessa breve apresentação podemos perceber que a consolidação da nova escola no Brasil se deu a partir da influência norte-americana, mais precisamente através do pensamento pragmático de John Dewey, que ao utilizar a Psicologia Funcionalista e as teorias científicas para mostrar como a aprendizagem ocorre propôs uma verdadeira revolução no modelo escolar vigente, considerado enciclopédico e desvinculado da vida. Para Dewey a escola deveria instrumentalizar o sujeito para atuar de forma útil na sociedade contribuindo para sua transformação e modernização. Nesse sentido, o que fosse ensinado na escola só teria importância se servisse para resolver problemas da vida real dos sujeitos. Ele concebia o conhecimento e o desenvolvimento como processo social, por isso buscou integrar os conceitos de indivíduo e sociedade através do que ele chamou de experiência, entendida como processo de reconstrução e reorganização do curso da própria vida. Assim, é a ação do sujeito no meio social, sua transformação e sua capacidade de adaptar-se às necessidades da sociedade que deveria ser o alvo da educação e portanto, a formação dos professores seria uma questão fundamental para implementar as mudanças propostas no campo educacional.

### **A ESCOLA NORMAL RURAL DE SERGIPE: ASPECTOS DO ESCOLANOVISMO E DO PRAGMATISMO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO RURAL**

Como parte do projeto nacional de modernização, via urbanização e industrialização do Brasil, foram promovidas diversas iniciativas econômicas e educacionais nos diferentes estados da federação com o objetivo de melhorar as condições de vida da população e do trabalhador, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país. Uma das ações relacionadas à educação foi a expansão da escola primária e a formação do professor primário, atuante nos diversos tipos de escolas como as isoladas, rurais, reunidas, agrupadas ou dos Grupos Escolares recém-criados. Assim, a Escola Normal se constituiu o *locus* de formação desse educador, porém para a formação do professor primário rural era proposta pelos ruralistas uma instituição diferenciada, que viesse atender os interesses e necessidades do campo, tendo sido a chamada Escola Normal Rural. Assim, segundo Silva (2016, p143), “foi a partir dos anos 30 do século XX que se intensificaram no Brasil iniciativas do governo federal para a formação de professores destinados ao meio rural”.

Sud Mennucci, ruralista, foi um grande defensor da criação de escolas normais rurais bem como da reorganização da escola primária rural destinadas a atender as necessidades da vida campesina. Nesse sentido, era um árduo crítico da escola comum, ou



seja, para ele havia um descompasso entre a escola urbana implantada no campo e os reais interesses e necessidades do meio rural.

Verificara, em primeiro lugar, o fracasso completo da escola rural comum, tal ainda se organiza entre nós, fracasso decorrente do fato de ser ela uma simples escola de cidade transportada e enxertada nas atividades rurais, enxerto realizado sem a menor dose de inteligência e de observação [...] (MENNUCCI, 1932b apud MONARCHA, 2007, p. 29).

Em relação aos professores primários que atuavam nas escolas rurais, Sud Mennucci também criticava a formação obtida na Escola Normal da cidade, tendo em vista que não considerava as condições e necessidades da vida no campo como princípio formador do futuro professor rural. Ele defendia:

Uma escola normal, portanto, para a formação de professores rurais, deve ter estas três diretrizes básicas: formar um profissional entendido de agricultura, formar um professor que seja ao mesmo tempo um enfermeiro, formar um mestre que entre para o campo com a convicção inabalável de que precisa ser ali um incentivador de progresso, seja qual for o atraso, a desconfiança ou a hostilidade do meio (MENNUCCI, 1932b apud MONARCHA, 2007, p. 29).

Neste aspecto, podemos perceber a presença do Pragmatismo no pensamento e desenvolvimento das propostas do movimento ruralista. A educação pensada para a escola normal rural e para a escola primária rural deveria levar em consideração a experiência do mundo rural, considerando a perspectiva do pensamento de Dewey quando afirma, que “é por intermédio da experiência que a criança percebe o sentido das coisas pelo seu uso, que a educação se processa” (DEWEY, 1965, p. 23). Sendo assim, a educação deveria manter uma íntima relação com a resolução dos problemas do campo, tendo em vista a necessidade de um homem que fosse produtor e visse no meio rural um espaço de realização e de crescimento pessoal e profissional. Assim, “a escola não deve ser a oficina isolada onde se prepara o indivíduo, mas o lugar onde numa situação real de vida, indivíduo e sociedade constituem uma unidade orgânica” (DEWEY, 1965, p. 28).

Sud Mennucci, na condição de diretor-interino da Diretoria de Ensino de São Paulo, em 1933 promulgou o Decreto n. 6047, de 19 de agosto de 1933 que dizia: “Instala uma Escola Normal Rural, em Piracicaba, e dá outras providências”. Porém para a sua decepção o decreto-lei não foi regulamentado devido a falta de verbas, tendo sido frustrado



seu projeto de criação de Escola Normal Rural em São Paulo. (MONARCHA, 2007). Assim, a primeira Escola Normal Rural vai ser criada no Nordeste brasileiro no ano seguinte.

De fato, no Ceará, Joaquim Moreira de Sousa perfila-se no ruralismo e instala, em 1934, a Escola Normal Rural de Juazeiro, a primeira do gênero no país (SOUZA, 1994 *apud* MONARCHA, 2007, p. 34). Logo outras são criadas, em diversos Estados, como Pará, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Rio Grande do Sul, cujos planos de organização são frequentemente submetidos à apreciação de Sud Mennucci (MONARCHA, 2007, p. 34).

Segundo Junior e Farias (2007), a Escola Normal Rural de Juazeiro visava contribuir com o desenvolvimento do meio rural tendo em vista a educação do ‘homem do campo’. De acordo com Silva (2016), foram enfrentadas diversas dificuldades na implantação das escolas normais rurais nos estados brasileiros, devido à exigência de construção de prédios escolares e da falta de professores preparados para atuarem nessas escolas. Assim, na tentativa de suprimir a existência de professores leigos na rede pública de ensino “a formação de professores para as escolas rurais foi oferecida pelos cursos normais regionais, cursos esses destinados a formar o professor na própria localidade a qual atuava, conforme estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Normal” (BRASIL, 1946 *apud* SILVA, 2016, p. 146).

Na esfera do governo federal, a partir de 1946, com respaldo nos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, criado em 1942, o Ministério da Educação e Cultura passou a implementar o plano nacional de expansão e aprimoramento da educação normal. Para o âmbito rural, o plano preconizava cursos de aperfeiçoamento para professores rurais e a edificação de escolas normais rurais nos vários estados do país. No âmbito regional, além dos acordos pactuados com a União, os estados implementaram políticas específicas para a formação e profissionalização de professores rurais. Alguns investiram na criação e expansão das escolas normais regionais rurais, enquanto em outras unidades federativas sobressaíram os cursos de especialização e programas de formação, como o curso normal de férias (SOUZA, 2015 *apud* SILVA, 2016, p.143).

Em Sergipe também houve a experiência de criação da Escola Normal Rural no final da década de 1940, como será retratado mais adiante. O estado de Sergipe, localizado na região nordeste do Brasil, tinha sua economia naquele período calcada no setor primário, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e de culturas de subsistência. Nesse sentido, havia a defesa de que a educação deveria levar em consideração esses aspectos com o



objetivo de formar um novo homem capaz de atuar de forma participativa na sociedade em desenvolvimento. Em estudo realizado por Nunes Mendonça em 1958, afirmou:

A maior parte da população sergipana dedica-se aos labores agro-pastoris. Reclama, por isso, uma escola que, sem fugir as diretrizes gerais do ensino, sem prejuízo das finalidades essenciais da educação de base, indiferenciada, comum a todos, não perca de vista as necessidades da vida rural (...) (MENDONÇA, 1958, p. 21).

Naquele contexto, o estado de Sergipe apresentava uma rede deficitária do ensino primário, com a existência de poucos grupos escolares na capital e em alguns municípios do interior, funcionando na zona rural as chamadas escolas rurais ou isoladas. Nesse aspecto, Nunes Mendonça apresenta: “Ao aumento considerável da população, não tem correspondido, na devida proporção, a conseqüente ampliação de rede escolar, disto resultando o crescimento progressivo do número de crianças que não recebem os benefícios da escola” (MENDONÇA, 1958, p.70). Além disso, outra questão também afetava a população, que eram as péssimas condições de funcionamento das escolas isoladas: “As escolas rurais constituíam-se de espaços cedidos pelos grandes proprietários de terra e encontravam-se em completo estado de abandono, além de depender dos desmandos da política de coronéis” (BERGER, 2011, p. 169). Essa problemática levava a outro fato agravante, ou seja, o grande número de analfabetos em Sergipe, como podemos verificar a seguir.

Segundo recenseamento de 1950, Sergipe contava com 644.361 habitantes, dos quais somente 33,63% sabiam ler e escrever. Da população de dez anos e acima dessa faixa etária (441.478 habitantes) que não sabiam ler e escrever, 79,49% estavam na zona rural e dedicavam-se às atividades agropecuárias (NUNES MENDONÇA, 1958 *apud* BERGER, 2011, p. 168).

No tocante à formação de professor para o ensino primário em Sergipe, a primeira Escola Normal havia sido criada em 1879, na capital, e passou por diversas mudanças e interrupções de suas atividades, ficando estável somente a partir de 1911, tornando-se Instituto de Educação Rui Barbosa.<sup>5</sup>

<sup>5</sup>A Escola Normal Rui Barbosa foi fundada em 1871 e em 1943 transformou-se no Instituto Pedagógico. Conforme o Relatório feito pelo Dr. José Rollemberg Leite, apresentado em 1943 ao interventor do estado de Sergipe, Augusto Maynard Gomes, o Instituto Pedagógico Rui Barbosa oferecia uma formação enciclopédica com forte conteúdo de cultura geral. O curso tinha a duração de três anos, respectivamente: 1º ano – Português, Matemática, Física e Química, História Natural, História da Civilização Brasileira, Desenho Pedagógico, Educação Física, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais Pedagógicos. 2º ano – Biologia Educacional, Pedagogia, Agricultura e Economia Rural, Psicologia Infantil, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Sociologia Educacional, Educação Física, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais Pedagógicos. 3º ano – História da



No que se refere à educação rural em Sergipe, Berger (2011) destaca o papel do sergipano Acrísio Cruz que assumiu, dentre outras funções no cenário educacional sergipano, o cargo de “Diretor da Instrução Pública no governo de José Rolemberg Leite, quando manteve contato com especialistas do INEP, entre eles Anísio Teixeira e Murilo Braga, apoiando seus projetos de educação rural” (HALL, 1950 *apud* BERGER, 2011, p. 170). Nesse contexto, Acrísio Cruz recebeu apoio da União para que pudesse construir em Sergipe escolas rurais de ensino primário, assim como escolas normais rurais. Foram criadas legalmente duas escolas normais rurais, uma em Lagarto e outra em Itabaiana. A Escola Normal Rural Murilo Braga, situada em Itabaiana, foi criada em 29 de novembro de 1949 e oferecia o curso Ginásial e Pedagógico para os estudantes de Itabaiana e dos municípios circunvizinhos. (BERGER, 2011). Porém, não se tem encontrado na literatura e nas fontes documentais informações a respeito do funcionamento da escola normal rural de Lagarto, sendo necessários estudos mais específicos para tratar da questão.

De acordo com Silva (2016, p.148):

No estado de Sergipe a fundação da Escola Normal Rural Murilo Braga deu-se através da Lei nº 212, de 29 de novembro de 1949, sancionada pelo então governador do estado de Sergipe, José Rollemberg Leite. Tal denominação foi dada para homenagear Murilo Braga, desconhecido na terra, mas que, à época, como já mencionado, desempenhava o cargo de diretor do Inep. Essa escola deveria formar professores, sobretudo na zona rural da região, em um momento que apenas o Instituto de Educação Rui Barbosa cumpria esta missão.

Como podemos perceber o Governo do estado de Sergipe sancionou a Lei nº 212, de 29 de novembro de 1949 com o objetivo de atender as exigências de preparação do professor primário rural, como reflexo da perspectiva ruralista da educação em vigor. A Lei nº 212, de 29 de novembro de 1949 afirmava:

Art.1º – Ficam criadas duas (2) Escolas Normais Rurais, com sede nas cidades de Lagarto e Itabaiana, respectivamente.

Parágrafo Único – Cada Escola Normal Rural manterá um curso de Ginásio e um de Formação de Professores.

Art. 2º – O ensino, nas Escolas Normais Rurais a que se refere o artigo anterior, obedecerá a legislação em vigor e as instruções que forem baixadas.



Art. 3º – Fica assegurado aos professores formados por essas escolas Normais Rurais, as escolas primárias rurais serão regidas por professores diplomados por outras Escolas Normais do Estado.  
(...). (SERGIPE, 1949 *apud* SILVA, 2016, p. 148).

Percebemos que na citada lei, os professores formados na Escola Normal Rural Murilo Braga, em Itabaiana, Escolas Normal Rural Sílvia Romero<sup>6</sup>, em Lagarto, deveriam ocupar os cargos do magistério primário nas escolas primarias rurais. Segundo o governador José Rollemberg Leite, a escola primária rural no estado de Sergipe padecia com falta de professores qualificados para atuarem em consonância com os princípios ruralistas. De acordo com Berger (2011, p. 171), a respeito da Escola Normal Rural:

A proposta curricular contemplava matérias ensejando ao professor o domínio dos conhecimentos das ciências e das técnicas pedagógicas; dos conhecimentos da escola primária; das técnicas de relações públicas e de comunicação com o homem simples; dos diversos padrões culturais do nosso rurícola; dos interesses dominantes e outros problemas que afetam o meio rural. Veiculava também conhecimentos de Economia e Sociologia rural para melhor compreensão da realidade e desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Como podemos notar havia uma ênfase para preparar o professor para atuar com entendimento sobre as questões do meio rural. Corroborando com a perspectiva de Dewey (1965, p. 39) quando afirmou que “o professor é elemento essencial da situação em que o aluno aprende, e sua função é, precisamente, a de orientar, guiar e estimular a atividade através dos caminhos conquistados pelo saber e pela experiência do adulto.”

Refletindo sobre esse ponto em Sergipe, Nunes Mendonça, também adepto do escolanovismo e de certa forma do pragmatismo, defendia que os cursos para formação de professores deveriam considerar os aspectos do meio rural, e propunha que: “No curso, realizado em regime de comunidade de vida e de trabalho, com auto-disciplina, estudo dirigido, trabalhos em equipe, práticas agrícolas, etc., além dos estudos sistemáticos, cuidar-se-ia de desenvolver a aprendizagem de indústrias domésticas e rurais” (MENDONÇA, 1958, p. 177). E defendia que “a formação do professor capaz de atuar eficazmente no meio rural, é um dos problemas educacionais que precisavam de ser enfrentados, com ânimo e lucidez”. (idem, p. 177).

<sup>6</sup>Não encontramos menção da Escola Normal Rural “Sílvia Romero” em outros documentos.



Assim, a proposta educativa, pensada e desenhada pelos defensores do ruralismo, para a escola normal rural tinha uma perspectiva escolanovista e pragmática, pois tudo que era proposto a ensinar deveria ter utilidade e servir para uso nas situações concretas da vida no campo. Para concretização dessa proposta os alunos e professores deveriam utilizar todo tipo de instrumentos e ferramentas do mundo agrícola, visando atingir não só os alunos, mas toda a comunidade.

De acordo com Berger (2011) o modelo curricular proposto para a formação do professor primário rural manteve-se até o final da década de 1960, pois com a promulgação da Lei de Educação nº 5.692/71 foi instituída a profissionalização obrigatória, transformando o Curso Normal em curso de magistério a nível de 2º grau, alterando a identidade do curso, que passava a funcionar sob o viés da pedagogia tecnicista instituída pelo governo militar instalado no Brasil com o Golpe de 1964.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as reflexões apresentadas neste estudo percebemos que a partir das primeiras décadas do século XX foi adotado no Brasil o modelo de desenvolvimento urbano-industrial e nesse processo a educação esteve sob influência do Movimento Escolanovista e do Pragmatismo americanos que buscavam tornar a escola útil e atenta aos interesses da criança e do seu meio. Não se pode deixar de mencionar também a existência do movimento ruralista que iniciou-se em São Paulo e ocasionou mudanças na educação nos diversos Estados do Brasil.

Foi exatamente nesse movimento de valorização do rural que encontramos a presença da Escola Normal Rural em Sergipe, com a criação da Escola Normal Rural Murilo Braga (Itabaiana) e a Escola Normal Rural Silvio Romero (Lagarto). Esta escola de formação de professores foi vista como meio de executar a ideologia ruralista que visava fixar o homem no campo e prepará-lo para utilizar a terra de forma utilitária, promovendo o progresso no campo e na vida de seus moradores. Para tanto, foi proposto um currículo de formação de professores que valorizasse tanto os conhecimentos das ciências modernas e das técnicas pedagógicas, quanto dos diversos saberes do mundo rural, que deveriam ser aprendidos pelos professores por meio da experiência, como defendiam o Pragmatismo e o Escolanovismo proposto por John Dewey.



## REFERÊNCIAS

BERGER, Miguel André. **O Ensino Rural e a Atuação do Intelectual Acrísio Cruz**. In: Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 165-173, jul./dez. 2011.

DEWEY, John. **Vida e educação**. Tradução de Anísio S. Teixeira. 5 ed. São Paulo – SP: Edições Melhoramentos, 1965.

MENDONÇA, José Antônio Nunes. **A Educação em Sergipe (ano de 1956)**. Aracaju: Livraria Regina Ltda, 1958.

MONARCHA, Carlos. Cânon da Reflexão Ruralista no Brasil: SudMennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. (Org.). **Educação Rural em Perspectiva Internacional: Instituições, Práticas e Formação do Professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas do. **Educar, Curar, Salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical**. Maceió: Edufal, 2007.

PRADO, Adonia Antunes. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. Estudos Sociedade e Agricultura, 4, julho 1995: 5-27.

RAMAL, Camila Timpani. **Ruralismo Pedagógico versus Concepção de Educação do MST: abordagens divergentes de projetos de educação do campo no Brasil**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara/SP: UNESP, 2016.

RAMAL, Camila. "O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a história da educação rural." *X Jornada do HISTEDBR, Vitória da Conquista* (2011).

SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no estado de Sergipe (1947-1951)**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Ilka Miglio de Mesquita, 2016.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). **Educação Rural em Perspectiva Internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

WESTBROOK, Robert B. e TEIXEIRA, Anísio. **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora MASSANGANA, 2010.